

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Ata do Encontro Regional da CGJ – Biênio 2023-2025

Tema	Audiência Pública na Comarca Polo/Sede de Goiatuba, abrangendo as Comarcas da 4ª Região Judiciária (Bom Jesus, Buriti Alegre, Itumbiara (polo), Joviânia, Morrinhos e Pontalina)
Data e hora	19/04/2024 – 8h15 (Reunião Reservada da CGJGO com Servidores) e 10h15 (Audiência Pública)
Local	Comarca de Goiatuba
Secretários	Roberta Saraiva Bandeira de Lima e Vanessa Cristina Pereira Dias
Participantes da mesa diretora	<p>Reunião Reservada com os Servidores <u>Composição da mesa diretiva:</u> Desembargador Leandro Crispim – Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino – Juiz Auxiliar da Presidência neste ato representando o Presidente Dr. Carlos Alberto França Dr. Gustavo Assis Garcia – 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dra. Soraya Fagury Brito – 2ª Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Gustavo Dias Maciel – Secretário-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Clécio Marquez – Diretor de Planejamento e Programas da Corregedoria-Geral da Justiça Sr. Fabrício Duarte – Presidente do SINDJUSTIÇA Sr. Eleandro Alves Almeida – Vice-Presidente do SINDOJUS</p> <p>Audiência Pública Externa <u>Composição da mesa diretiva:</u> Desembargador Leandro Crispim – Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais Dr. Gustavo Assis Garcia – 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça</p>





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Dra. Soraya Fagury Brito – 2º Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dra. Lívia Vaz da Silva - Diretor do Foro da Comarca de Anápolis GO José Alves Vieira – Prefeito Municipal de Goiatuba José Willian Coelho de Paula - Prefeito Municipal de Panamá Maura Costa Marques – Secretária de Assistência Social de Goiatuba Nayara Moema Carneiro Vidica – 1ª Dama de Panamá Olavo Junqueira de Andrade – Desembargador aposentado Pedro Henrique Silva Barbosa – Promotor de Justiça da 1ª Promotoria Caio Afonso Bizon – Promotor de Justiça da 2ª Promotoria Rômulo Corrêa de Paula – Promotor de Justiça da 3ª Promotoria Wellington Scarpelini dos Santos – Presidente da Câmara Municipal de Goiatuba Antônio Martins Custódio – Presidente da Câmara Municipal de Panamá Patrick Fernando Carniel – Delegado de Polícia de Goiatuba Vinícius de Castro Penna – Delegado de Polícia de Panamá Major Oséias Vieira de Melo Neto – Comandante do 29º Batalhão da Polícia Militar Cleiton Júnior Rodrigues – Presidente da Subseção da OAB/GO – Goiatuba Allen Fleury de Macedo – Oficial do Cartório de Reg. Pessoas Jurídicas Tony Robson Faria de Moraes – Oficial do Cartório de Registro de Imóveis Ana Maria Guimarães – Oficial do Cartório de Registro Civil Maria Rachel Sousa de Oliveira B. Santos – Respondente do Tabelionato de Notas do Distrito de Marcanópolis Daniela Faleiros Pereira – Interina do Cartório de Imóveis de Panamá Gilmar Vieira de Rezende – Reitor da UNICERRADO Vinícius Vieira Ribeiro – Pres. da Fundação de Ensino Superior de Goiatuba Letícia Vila Verde Garcia Arantes - Procurador-Geral do Município José Henrique Coelho – Subprefeito do Distrito</p>
--	--





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>de Marciánópolis Rodrigo de Paula Santos – Coordenador Regional de Educação Gemilson Adrião da Rocha – Secretário Municipal da Educação Danilo César de Miranda Carvalho – Chefe do Cartório Eleitoral da 38ª Zona Maria de Lourdes Silvério Hayasaki – Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Suelma de Freitas Borges Gonçalves – Presidente do Conselho da Comunidade Henrique Dias Cardoso – Presidente do Conselho Tutelar de Goiatuba Carla Beatriz Borges Araújo Almeida – Presidente do Conselho Tutelar de Panamá Tauany Andressa Sousa Pereira – Coordenadora do CRAS de Goiatuba Hellen Rosana Ferreira Borges Leão – Coordenadora do CREAS de Goiatuba Thelison Jesus Martins da Silva – Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas Juliana Christina Garcia – Presidente do Comissariado de Menores Ricardo Ladeia da Cunha – Presidente do Sindicato Rural de Goiatuba Wesley Minare Franco – Grão-mestre da Loja Maçônica Esperança Universal João Batista Alves Souza – Grão-mestre da Loja Maçônica Fraterna União Joelmo Mendes Rodrigues – Grão-mestre da Loja Maçônica João Guerra de Oliveira Adeídes Rodrigues Pereira – Presidente do Rotary Club Juliana Christina Garcia – Presidente do Comissariado de Menores Gley de Menezes – Diretor da Rádio G Mais FM Bruno Augusto Alves Ferreira – Diretor da Rádio União FM Welson Tamura Okamoto – Diretor da Rádio Goiás FM Lair da Silva Mendonça – Diretor da Rádio Turismo FM Adeídes Rodrigues Pereira – Diretor do Jornal Goiás Interior Fabiano Leão - Diretor da TV LEÃO Idelma Silva - Diretora do Destak Informativo Paulo Serrano Borges Diretor da Rádio Sempre FM Evandro Barros Ribeiro – Diretor do Portal TVG</p>
--	---





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
 Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	Multi
Participantes da plateia	Lista de Presença Anexa

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL

Quarta-Feira (17/04/2024):

- Abertura Oficial do Encontro Regional
- Painel 1 - Tema: “Gestão de Gabinete”
- Painel 2 - Temas: “BNMP” e “Baixa Processual em Geral”
- Painel 3 - Temas: “PROJUDI / PJD” e “Operacionalidades do Sistema Gestão à Vista”
- Painel 4 - Tema: “Gestão Aplicada do Processo Eletrônico e da Unidade Judicial”

Quinta-Feira (18/04/2024):

Período matutino

- Painel 5 - Tema: “Apresentação do SIGESCON - Sistema Gestão e Controle da CGJGO ”
- Reunião Reservada da CGJGO com Magistrados(as)

Período vespertino:

- Reunião do Foro Extrajudicial
- Reunião sobre Regularização Fundiária

Sexta-Feira (19/04/2024):

Reuniões:

- Reunião Reservada da CGJGO com Servidores
- Reunião Reservada da CGJGO com Magistrados
- Audiência Pública com instituições da Comarca Polo/Sede de Anápolis

ATENDIMENTOS DO GABINETE ITINERANTE

1. Dr. Wesley Vieira Batista, advogado da Comarca de Goiatuba, elogiou a atuação dos serviços da Comarca de Goiatuba, do atendimento de todas as serventias, bem como a estrutura física. No entanto, pontuou que os serviços da CACE precisam ser aprimorados, especialmente no tempo de cumprimento das demandas, visto que algumas demandas



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

demoram em torno de 60 a 90 dias. No que refere à expedição de alvarás, asseverou que tem encontrado dificuldade com a Caixa Econômica Federal no cumprimento das ordens judiciais. Explicou que por vezes a entidade bancária aponta defeitos no alvará, além dos funcionários se sentirem “perdidos” na condução do processo de pagamento. Pontuou ainda que as vezes às vezes leva-se por volta de 15 dias para que o alvará seja pago. Citou o exemplo do processo de n. 5463267-93.2019. Enfatizou que, em razão da demora no pagamento, o cliente acha que o advogado já recebeu os valores, enquanto dinheiro permanece em conta judicial, mesmo com o alvará já expedido.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO INTERNA COM OS MAGISTRADOS

1. **Dr. Lucas Carboni Palhares, Juiz de Buriti Alegre, trouxe à tona uma preocupação relevante. Mencionou que, em virtude do prêmio em andamento, estão incentivando os juízes a não permitir que os incidentes de progressão de regime expirem, destacou que aqueles que estão próximos de vencerem são agora a prioridade. Relatou que o Ministério Público tem demonstrado relutância em se manifestar sobre procedimentos que ainda não atingiram o prazo para a progressão, optando por aguardar o término do prazo antes de se pronunciar. Isso resulta na classificação automática desses incidentes como vencidos no SEEU. Essa situação acarreta na perda de pontos no prêmio, já que qualquer incidente pendente no dia da verificação resulta na perda de pontuação no eixo correspondente. Destacou também a dificuldade de obtenção de manifestações do Ministério Público nesse contexto.**
2. Dra. Lívia, diretora do Foro de Goiatuba, expressou preocupação com a estrutura do fórum em relação ao telhado, que tem causado inundações nos gabinetes após chuvas fortes.
3. Dr. Aldo informou que há uma licitação em andamento para a troca do telhado do Fórum, abordando essas duas questões de maneira conjunta.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO INTERNA COM OS SERVIDORES

1. O Desembargador Leandro Crispim iniciou a reunião e enfatizou que é uma oportunidade para um diálogo aberto, visa abordar alguns aspectos de sua gestão, nos quais está empenhado para melhorar os serviços prestados à comunidade. Explicou que estará disponível para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir e expressou sua gratidão pelo comprometimento de todos. Destacou ainda que a 4ª Região está com os serviços bastante organizados. Durante a reunião, o Corregedor-Geral questionou os servidores



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

sobre quem possui especialização, mestrado e doutorado, incentivando-os a buscar essas formações como um meio de aumentar seus vencimentos. Destacou que o quadro funcional do TJGO é único ao somar esses valores. Além disso, pediu atenção ao teletrabalho e enfatizou a importância da produtividade, quanto ao trabalho presencial e ao cumprimento da carga horária. Explicou sobre a importância da integração entre gabinete e escrivaninha e ressaltou a relevância dos manuais que estão sendo elaborados. Por fim, solicitou um esforço conjunto para acelerar o andamento dos processos que estão tramitando há mais de 14 anos e estabeleceu o prazo de 31/07/2024 para a conclusão do Projeto Finalizar.

2. Dr. Marcus Vinícius abordou questões levantadas pela OAB quanto ao andamento insatisfatório dos processos em Joviânia e à demora na expedição de alvarás nos juizados, e solicitou atenção especial dos servidores a esses pontos. Sugeriu a implementação de melhorias na gestão, incluindo o uso de classificadores e a identificação de processos passíveis de serem resolvidos em lote, visando aprimorar o serviço prestado pelos servidores.
3. Dr. Aldo, após os cumprimentos iniciais, expressou estar aberto a críticas, reconheceu que faz parte do processo de aprimoramento. Assegurou que qualquer *feedback* será prontamente respondido e mencionou estar em contato constante com os demais juizes auxiliares da presidência e os diretores.
4. Diego César Santos, Diretor de Planejamento e Inovação, de ordem do Presidente Desembargador Carlos Alberto França, apresentou as Metas Nacionais 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10 e 11, que representam o compromisso dos tribunais com o aprimoramento do seu desempenho e o objetivo de entregar à sociedade um trabalho jurisdicional mais célere e efetivo. Foi apresentado também o Painel de Business Intelligence (BI) das Metas Nacionais, ferramenta desenvolvida para facilitar a gestão das metas em cada unidade. Por fim, reforçou a importância de magistrados e servidores participarem das discussões sobre o processo de elaboração das Metas Nacionais para 2025. Ao final, disponibilizou e-mail da Diretoria de Planejamento e Inovação do TJGO para o encaminhamento de sugestões ou dúvidas.
5. Bruno Faustino, representante do SINDJUSTIÇA, enfatizou que realiza cobranças em todas as audiências públicas e que essa será a vez de expressar gratidão. Agradeceu a majoração da gratificação judiciária e a Corregedoria-Geral pelo apoio. Informou que o Desembargador Leandro tem uma grande responsabilidade com relação ao aumento





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

dessa gratificação. Bruno destacou uma situação em que o Des. Leandro defendeu o sindicato. Informou que o sindicato dos servidores do Judiciário tem uma dívida a ser quitada com a comarca de Goiás e que nessa oportunidade veio honrar esse compromisso. Mencionou que há 100% da gratificação judiciária, plantões remunerados e plano de saúde, e ressaltou que este é o momento de se candidatar aos plantões remunerados, que estão funcionando muito bem. Explanou sobre a necessidade de avançar com o PJD (Processo Judicial Digital) e que recebeu várias sugestões de colegas. Bruno incentivou qualquer colega que esteja enfrentando questões relacionadas a assédio a buscar soluções sem medo. Ao final, solicitou à EJUG (Escola Judicial do Tribunal de Justiça) que promova programas de mestrado e doutorado patrocinados pela instituição.

6. Eleandro Alves, representante do SINDOJUSGO, observou que o oficialato goiano está em um período de transformação. Destacou que a atuação da escrivania com o processamento eletrônico está eficiente, o que tem resultado em um aumento significativo de mandados aos oficiais. Acrescentou que o sindicato vem colaborando com a Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ) em busca de melhorias nas condições de trabalho.
7. Dr. Aldo compartilhou informações sobre as melhorias do PROJUDI no processo PROAD 415801, destacando a redução de cliques. Explicou que essa questão está sendo analisada detalhadamente, pois não é uma solução simples, já que pode afetar a performance do sistema. Dr. Aldo também mencionou um estudo em andamento para integrar o PJD com o PROJUDI, especialmente nas sessões virtuais, visando unificar a equipe com servidores mais eficientes. Ressaltou que a DTI é composta por servidores e que não é possível delegar tarefas a terceirizados devido à vedação do CNJ. Em relação à CEM, expressou satisfação por ter promovido maior celeridade na produtividade do poder judiciário. Informou que existem cinco processos de melhorias da CEM para os oficiais, servidores e magistrados, os quais entrarão em vigor no segundo semestre.
8. Murilo Pimentel, analista da Comarca de Goiatuba, trouxe à tona uma preocupação sobre casos de assédio que anteriormente ocorriam massivamente no balcão por parte dos advogados e agora estão sendo realizados de forma virtual, seja pelo balcão virtual ou e-mail. Questionou quais ações a CGJ pode tomar para lidar com essa situação. Murilo também registrou que ocasionalmente os advogados utilizam a CGJ como seus secretários, ao fazerem reclamações desnecessárias, resultando na cobrança direta aos servidores por parte da CGJ.
9. Dr. Marcus Vinícius informou que existe o Serviço de Atendimento ao Usuário da CGJ





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

(SAU), onde tudo é filtrado e verificado para determinar se é uma questão urgente. Em casos de urgência, o departamento entra em contato com o servidor ou juiz responsável. Enfatizou que não autoriza nenhum tipo de favorecimento que exija algo fora da legalidade. Em relação às questões das solicitações virtuais, é necessário verificar com o juiz superior como proceder e ter conhecimento específico sobre o assunto para tomar as devidas providências.

10. Eleandro apresentou dois pleitos durante a reunião. O primeiro refere-se ao procedimento de colhimento de assinaturas nos mandados. Mencionou que os colegas da comarca estão lidando com 400 mandados e que no PROAD 481887 ainda não há uma definição clara de quem será responsável por receber essa documentação. O segundo ponto abordado por Eleandro foi a solicitação para que o oficialato de justiça tenha um painel dedicado nos encontros regionais.
11. Dr. Marcus informou que o processo relacionado à guarda dos documentos foi encaminhado à Comissão responsável e está aguardando parecer. Esclareceu que a exigência da nota de ciência não é apenas uma norma do Código de Normas, mas também está prevista na lei processual. Em relação à situação dos oficiais que realizaram apenas uma diligência para cumprimento de mandados, foi expedido um Ofício Circular orientando que devem cumprir quantos deslocamentos forem necessários para o cumprimento dos mandados. Quanto à questão dos painéis para os oficiais, mencionou que o cronograma está apertado, mas será verificada a possibilidade. Dr. Marcus também registrou que a Central de Mandados facilitou para a escrivania, porém sobrecarregou os oficiais de justiça. Solicitou que os oficiais de Goiatuba compartilhem sua realidade para que seja possível tomar as medidas adequadas.
12. Odair, oficial de justiça, compartilhou que a realidade é mais ou menos igualitária em todo o Estado. Em Goiatuba, nos próximos anos, deve haver uma dificuldade diferente devido à extensão da comarca. Mencionou que o número de oficiais permanece o mesmo ao longo dos anos, enquanto a demanda processual aumentou. Na parte dos servidores, enfatizou a necessidade de melhorias, pois muitos oficiais estão se aposentando. Explicou que em Goiatuba, onde havia cinco oficiais, um faleceu, e a vaga não foi repostada durante o reenquadramento do Tribunal. Odair ressaltou as dificuldades enfrentadas no cumprimento dos mandados de rua, onde às vezes se perde um dia inteiro para cumprir apenas um mandado. Reconheceu que a Central de Mandados é eficiente, mas consome muito tempo na impressão de mandados e documentos, o que pode atrasar o processo de certificação.





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Por fim, Odair questionou sobre as medidas que o Tribunal de Justiça adotará para repor os quadros de oficiais.

13. Dr. Marcus Vinícius informou que levará à Presidência a necessidade de realizar um concurso para preenchimento de mais vagas de oficiais de justiça.
14. Dr. Aldo expressou solidariedade aos Oficiais de Justiça em nome da Presidência, reconheceu que essa é uma questão sensível e esclareceu que qualquer aceleração em algum lugar pode resultar em dificuldades em outro. Mencionou o PROAD 493434, que está na fase de contratação de uma instituição para o início do concurso. Em relação à Central de Mandados, ele discordou do termo "burocracia" associado a ela, considerando-a como uma evolução. Com base na fala de Odair, Dr. Aldo sugeriu a programação de um curso para auxiliar os oficiais a utilizar as ferramentas digitais de forma mais rápida e eficiente.
15. Eleandro Alves informou que a nova forma de trabalho está focada na redução da quantidade de papel e que o oficialato está passando por mudanças com o auxílio de tecnologias. Ressaltou a importância de a administração compreender a necessidade de aumentar o quadro de pessoal para que essas mudanças possam avançar. Mencionou que o sindicato pleiteará cursos para auxiliar os oficiais a se atualizarem sobre as novas tecnologias e procedimentos.
16. Kenedy Augusto, Diretor do Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), abordou o atendimento prestado pela CGJ e ressaltou que o departamento atua em colaboração e apoio a todas as unidades. Destacou que a unidade entra em contato com as serventias para evitar a geração de PROAD sempre que possível, demonstrando o alinhamento da CGJ nesse aspecto. Quando há contato da CGJ, geralmente é devido a prazos excessivos em determinadas situações. No entanto, em muitos casos, conseguem resolver as questões com base nas informações recebidas, sem a necessidade de contato direto. Além disso, Kenedy enfatizou que o departamento está disponível não apenas para questões específicas, mas também para oferecer suporte por meio de normativas. Esclareceu que os servidores não devem se sentir intimados pela CGJ, pois essa não é a intenção da interação.
17. Bruno Faustino relatou uma dificuldade na emissão de alvarás após o contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF). Observou que a CEF necessita de um sistema que proporcione maior celeridade, similar ao SISCONDJ do Banco do Brasil.
18. Dr. Aldo explicou que o projeto em andamento em relação à Caixa Econômica Federal





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

(CEF) não depende apenas do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) da Presidência. Informou que dos nove serviços encaminhados pela CEF ao TJ, seis já foram implantados. Esse sistema será integrado com o SISCONDJ. No entanto, a CEF precisa concluir sua parte, que diz respeito à segurança. Ressaltou que o atraso não se deve atualmente ao DTI, mas sim à área de Tecnologia da Informação (TI) da Caixa Federal.

19. Dra. Soraya informou sobre a Comissão de Enfrentamento ao Assédio Sexual, Moral e Racismo, na qual está envolvida e dedicada. Mencionou que a Escola Judicial (EJUG) está oferecendo cursos nos últimos dias. Disse que há vários canais de denúncia disponíveis, incluindo a ouvidoria, o SAU, o Sinjustiça, entre outros, para qualquer pessoa que deseje fazer uma denúncia. Mencionou que na primeira quinzena de maio haverá o lançamento e divulgação do projeto e de como ele funcionará. Informou que a comissão está presente tanto no primeiro quanto no segundo grau.
20. Leonardo, escrevente na Comarca de Goiatuba, registrou problemas recorrentes com a CACE. Mencionou a demora e bloqueios desnecessários em múltiplas contas, o que tem gerado dificuldades no cumprimento dos alvarás e causado um grande volume de retrabalho.
21. Dr. Aldo destacou que, de fato, existem diversos problemas decorrentes do convênio celebrado entre o Poder Judiciário (PJ) e o Executivo, onde o valor está sendo repassado diretamente pela própria CACE. Isso tem gerado dificuldades operacionais para a CACE. Além disso, o acervo está sobrecarregado, com 30 mil RPVs (Requisições de Pequeno Valor), e o Desembargador França solicitou medidas para agilizar o pagamento. Atualmente, estão finalizando a operação relacionada ao RPV legado. O Executivo se comprometeu a deixar o dinheiro na conta para realizar os sequestros, o que exigiu que a CACE realizasse os 30 mil sequestros. Portanto, atravessam um período de crise. Para resolver essa questão, foi organizada uma força-tarefa de 20 servidores trabalhando em regime de plantão aos sábados e domingos, dia e noite. A expectativa é resolver esses problemas até o segundo semestre. Além disso, o presidente autorizou a contratação de terceirizados para auxiliar os servidores. Quanto à Caixa Econômica Federal (CEF), fez uma ressalva, destacando que são muito criteriosos, e nunca houve fraude por parte da Caixa.
22. Geni, coordenadora da Central de Mandados, expressou que a situação atual da quantidade de oficiais é realmente insatisfatória. Observou que, há 30 anos, havia apenas três oficiais, e hoje a situação é praticamente a mesma. A extinção da comarca de Panamá



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

resultou no recebimento de todo o acervo, sobrecarregando a Oficiala de lá, que não pode cumprir mandados em Goiatuba. Além disso, a falta de servidores na comarca, devido a aposentadorias e falecimentos, tem exacerbado o problema. Geni informou que já realizaram uma reunião com o Desembargador França, solicitando a nomeação de mais servidores e uma atenção especial para a comarca. Também mencionou que receberam dois servidores, mas estes foram rapidamente relotados para Goiânia, e gostaria de entender o motivo dessa situação.

23. Dr. Marcus informou que o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) atendeu à necessidade de Goiatuba ao designar três servidores para a localidade. Destacou que, embora dois tenham optado por sair na relocação, será necessário aguardar para ver se haverá interessados em ocupar vagas naquela Comarca. **Dr. Marcus também registrou que investigará a questão da relocação dos servidores de Panamá para Goiânia em vez de Goiatuba.**

DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. O Desembargador Leandro Crispim deu início à audiência cumprimentando a todos e destacou a importância da transparência e objetividade no decorrer dos trabalhos, garantindo que todos fossem ouvidos.
2. O Presidente da Câmara Municipal de Goiatuba concedeu, por unanimidade, a Comenda Joaquim de Sousa Filho ao Des. Leandro Crispim, em reconhecimento à sua contribuição. O Presidente registrou a excelência e relevância da homenagem ao Des. Leandro Crispim, natural da cidade.
3. O homenageado, Des. Leandro Crispim, expressou sua gratidão ao presidente da Câmara e aos demais vereadores pela honraria recebida.
4. Dra. Talita, Secretária-Geral da OAB/GO, enfatizou a importância dos encontros e a receptividade da CGJ aos membros da OAB. Destacou que, após conversa com o presidente da subseção de Goiatuba, constatou que as demandas da advocacia local são atendidas sem necessidade de intervenção da OAB/GO.
5. Dr. Pedro Henrique, Promotor de Justiça, ressaltou a relevância desses encontros para aprimorar os serviços à comunidade, mencionou que o Ministério Público na comarca está completo e disponível para colaborar.
6. Dra. Leticia Vila Verde, Procuradora-Geral de Goiatuba, representando o Prefeito, afirmou que a administração está disponível para auxiliar todos.





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

7. Dr. Marcus ressaltou que a audiência visa ouvir as demandas da comunidade. Destacou pontos relevantes discutidos na reunião anterior. Em relação à CACE, destacou que a demora decorre do alto volume de trabalho, com cerca de 30 mil RPVs aguardando cumprimento. Quanto aos alvarás, mencionou a existência de mecanismos para agilizar o processo de emissão. Sobre os possíveis andamentos equivocados nos processos, informou que já foram enfatizados aos servidores a importância de atenção nesse aspecto. Em relação ao cumprimento de mandados pelos oficiais, esclareceu que o assunto já foi discutido com Eleandro Alves, presidente do SINDOJUSGO. Quanto à suposta morosidade na Comarca de Joviânia, solicitou esclarecimentos adicionais para uma manifestação adequada.
8. Dr. Cleiton, Presidente da OAB Goiatuba, destacou que sua gestão é fundamentada na parceria e diálogo com o Judiciário. Apontou problemas com o cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça, mencionando que estes frequentemente alegam não conseguir localizar a parte a ser intimada ou citada. No entanto, observou que quando se trata de mandados de prisão, a Polícia Militar consegue encontrar a parte no mesmo endereço. Quanto à morosidade dos processos em Joviânia, explicou que se deve, em sua maioria, a alguns atrasos pontuais.
9. Major Oséias, Comandante do 29º batalhão da PM, reiterou a disponibilidade da PM para a comunidade.
10. Denison, Presidente do CDL, parabenizou a condução das autoridades no município.
11. O Dr. Gustavo Assis destacou o programa "Pai Presente", voltado ao reconhecimento espontâneo da paternidade, presente em todas as comarcas do Estado. Expressou o desejo de intensificar esse programa em todas as comarcas. Salientou que o TJGO oferece o exame de DNA gratuitamente, independentemente da capacidade financeira dos envolvidos, ressaltando, porém, que depende da voluntariedade. Explicou que o projeto tem iniciativas nas escolas, identificando crianças sem paternidade registrada e entrando em contato com as mães para obter mais informações, especialmente na localização do pai para verificar o interesse em regularizar o registro de paternidade. Informou que o programa está em fase volante, realizando mutirões itinerantes nas escolas.
12. Juliana Cristina, integrante do Juizado Especial de Goiatuba, compartilhou sua experiência no trabalho voluntário realizado na comunidade, especialmente à noite com menores.





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Expressou a falta de apoio da Polícia Militar em determinadas situações e solicitou maior atenção do Ministério Público para as necessidades desse grupo.

13. Kenedy Augusto apresentou o Serviço de Atendimento ao Usuário, ressaltando que a CGJ está de portas abertas por meio do SAU, recebendo e acolhendo todas as demandas que surgem. Disponibilizou todos os contatos necessários para facilitar o acesso dos usuários: Ligações: (62) 3236-5600/5455/5361/5436/5466, E-mail: sau@tjgo.jus.br, Plataforma (site tjgo) e Whatsapp: (62) 3236-5600.

14. Dr. Marcus registrou a reclamação sobre a falta de juiz definitivo em Goiatuba e Joviânia, informou que o concurso para essas posições está em andamento e em breve terão ocupantes para essas vagas.

ASSINATURAS

Desembargador Leandro Crispim
Corregedor-Geral da Justiça

Dr. Gustavo Assis Garcia
1º Juiz Auxiliar da Corregedoria

Dra. Soraya Fagury Brito
2º Juíza Auxiliar da Corregedoria

Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira
3º Juiz Auxiliar da Corregedoria

Clécio Silva Marquez
Diretor da Diretoria de Planejamentos e Programas da CGJ

Kenedy Augusto Batista Pereira Mendes
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais



ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Nº Processo PROAD: 202405000513509 (Evento nº ____)

Marcus Vinícius Alves de Oliveira

JUIZ DE DIREITO

3º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.

Assinatura CONFIRMADA em 02/05/2024 às 21:46

GUSTAVO ASSIS GARCIA

JUIZ DE DIREITO

1º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 02/05/2024 às 17:29

SORAYA FAGURY BRITO

MAGISTRADO

2ª JUIZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.

Assinatura CONFIRMADA em 02/05/2024 às 17:11

KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA MENDES

ESCREVENTE JUDICIÁRIO II

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 02/05/2024 às 18:30

CLECIO SILVA MARQUEZ

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 03/05/2024 às 18:03